

A Enfermagem Centrada na Investigação Científica 5



**Marcus Fernando da Silva Praxedes
(Organizador)**

Atena
Editora
Ano 2020

A Enfermagem Centrada na Investigação Científica 5



**Marcus Fernando da Silva Praxedes
(Organizador)**

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Elói Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A enfermagem centrada na investigação científica

5

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Marcus Fernando da Silva Praxedes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E56 A enfermagem centrada na investigação científica 5 [recurso eletrônico] / Organizador Marcus Fernando da Silva Praxedes. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-198-5

DOI 10.22533/at.ed.985202307

1. Enfermagem – Pesquisa – Brasil. 2. Saúde – Brasil.
I. Praxedes, Marcus Fernando da Silva.

CDD 610.73

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

O fortalecimento da Enfermagem, como ciência, perpassa o desenvolvimento de um corpo de conhecimento alicerçado em uma base de evidências de estudos científicos bem desenhados e que tenham implicações para uma prática segura. A investigação científica confiável e de qualidade, portanto, garante o reconhecimento das áreas dos saberes da enfermagem e dos profissionais e pesquisadores envolvidos.

Diante do exposto, temos o prazer de apresentar a coleção “A Enfermagem Centrada na Investigação Científica”. Trata-se de uma obra que reúne trabalhos científicos relevantes das mais diversas áreas de atuação do fazer Enfermagem. Aqui, docentes, estudantes, profissionais e os participantes das pesquisas são atores principais de uma ciência holística que a cada dia se fortalece, em decorrência do engajamento e empoderamento desses.

O objetivo central foi apresentar de forma categorizada e clara estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país. O terceiro volume traz estudos relacionados à prática da enfermagem baseada em evidências com ênfase à Sistematização da Assistência da Enfermagem (SAE) nos mais diversos cenários de cuidado à saúde e a importância do desenvolvimento de uma cultura de segurança do paciente. O quarto volume concentra, principalmente, experiências relatadas através de projetos de pesquisa e extensão, demonstrando a importância dos mesmos para a formação acadêmica e profissional.

O quinto volume aborda a saúde da mulher na gestação, parto e puerpério, bem como dos recém-nascidos, crianças e adolescentes. O último capítulo traz a importância da assistência da enfermagem diante da violência sexual contra mulheres. Tema de fundamental relevância, principalmente em tempos de pandemia.

O destaque para atenção primária à saúde e para questões vivenciadas na prática profissional é dado pelo sexto volume. Por fim, o sétimo e último volume, traz estudos com temas variados, principalmente relacionados à saúde da população idosa, estudos epidemiológicos e às doenças infectocontagiosas. Ressaltamos a relevância da divulgação científica dos trabalhos apresentados, para que os mesmos possam servir de base para a prática segura dos profissionais de saúde. Nesse sentido, a Atena Editora se destaca por possuir a estrutura capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem e divulguem seus resultados.

Marcus Fernando da Silva Praxedes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO ENFERMEIRO À GESTANTE NO PRÉ-NATAL SOBRE TRIAGEM NEONATAL	
Viviane de Melo Souza	
DOI 10.22533/at.ed.9852023071	
CAPÍTULO 2	13
A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES DO ENFERMEIRO NO INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Liane Bahú Machado	
Sandra Ost Rodrigues	
Silvana Carloto Andres	
Claudete Moreschi	
DOI 10.22533/at.ed.9852023072	
CAPÍTULO 3	18
ALEITAMENTO MATERNO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL: PERCEPÇÃO DAS MÃES	
Siena Nogueira Guirardi	
Aisiane Cedraz Morais	
Juliana de Oliveira Freitas Miranda	
Rebeca Pinheiro de Santana	
Rita de Cássia Rocha Moreira	
Ariane Cedraz Morais	
Isana Louzada Brito Santos	
Deisy Vital dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9852023073	
CAPÍTULO 4	36
MÃES ADOLESCENTES E SEUS FILHOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE ALEITAMENTO MATERNO	
Rejane Corrêa Marques	
Isis Vanessa Nazareth	
Fabricia Costa Quintanilha Borges	
Patrícia Regina Affonso de Siqueira	
Glaucimara Riguete de Souza Soares	
Joana Darc Fialho de Souza	
Carina Bulcão Pinto	
Sabrina Ayd Pereira José	
Meiriane Christine dos Santos Aguiar	
Larissa de Araújo Mantuano Agostinho	
Maria Isabel Santos Alves	
Suzanna Martins Costa	
DOI 10.22533/at.ed.9852023074	
CAPÍTULO 5	53
AMAMENTAÇÃO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	
Mônica Chiodi Toscano de Campos	
Ingridy Borges dos Santos	
Rejane Antonello Griboski	
Daniella Soares dos Santos	
Lara Mabelle Milfont Boeckmann	

CAPÍTULO 6 69

ASSISTÊNCIA PRESTADA NO CICLO GRAVÍDICO PUERPERAL A MULHERES EM SITUAÇÃO PRISIONAL

Jéssica Kelly Alves Machado
Nathalya Anastacio dos Santos Silva
Amuzza Aylla Pereira dos Santos
Deborah Moura Novaes Acioli
Marianny de Medeiros de Moraes
Karlayne Reynaux Vieira de Oliveira
Maraysa Jessyca de Oliveira Vieira
Bárbara Maria Gomes da Anunciação
Larissa de Moraes Teixeira
Rosa Patrícia Gomes Tenório Omena Rodrigues
Julio Cesar Silva Oliveira
José Augustinho Mendes Santos

DOI 10.22533/at.ed.9852023076

CAPÍTULO 7 80

PRODUÇÃO IMEDIATA DE LEITE CONFORME A VIA DE PARTO EM PUÉRPERAS DE GESTAÇÃO A TERMO

Genoveva Zimmer
Maria Alessandra Ribeiro da Costa
Pedro Celiny Ramos Garcia
Jorge Hecker Luz
Lisie Zimmer Santiago
Humberto Holmer Fiori

DOI 10.22533/at.ed.9852023077

CAPÍTULO 8 93

SUSCETIBILIDADE DE RECÉM-NASCIDOS PREMATUROS A INFECÇÃO HOSPITALAR: LIMITES E POSSIBILIDADES DE PREVENÇÃO

Maria Elidiane Lopes Ferreira
Rosa Maria Assunção de Queiroga
Nalma Alexandra Rocha de Carvalho
Ana Carolina Coimbra de Castro
Ivana Mayra da Silva Lira
Mariana Portela Soares Pires Galvão
Satyê Rocha Pereira
Polyana Coutinho Bento Pereira
Aline Macedo da Silva
Marivete Ribeiro Alves
Dália de Sousa Viegas Haas

DOI 10.22533/at.ed.9852023078

CAPÍTULO 9 99

REDE DE ASSISTÊNCIA AO RECÉM-NASCIDO VIVENDO EM SITUAÇÃO PRISIONAL: O PAPEL DA ENFERMAGEM

Jéssica Kelly Alves Machado
Amuzza Aylla Pereira dos Santos
Nathalya Anastacio dos Santos Silva
Deborah Moura Novaes Acioli
Marianny de Medeiros de Moraes
Karlayne Reynaux Vieira de Oliveira
Maraysa Jessyca de Oliveira Vieira

Bárbara Maria Gomes da Anunciação
Larissa de Moraes Teixeira
Rosa Patrícia Gomes Tenório Omena Rodrigues
Julio Cesar Silva Oliveira
José Augustinho Mendes Santos
DOI 10.22533/at.ed.9852023079

CAPÍTULO 10 106

NARRATIVAS DE VIDA DE MULHERES USUÁRIAS DO CAPSAD SOBRE O CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA DURANTE A GESTAÇÃO

Rosângela da Silva Santos
Tharine Louise Gonçalves Caires

DOI 10.22533/at.ed.98520230710

CAPÍTULO 11 118

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA SÍFILIS EM GESTANTE EM ESTADO DO NORDESTE BRASILEIRO

William Caracas Moreira
Myllena Maria Tomaz Caracas
Bruno D'Paula Andrade
Jorge Felipe da Silva Bastos
Maryanna Tallyta Silva Barreto
José Nilton de Araújo Gonçalves
Cinthya Leite Rodrigues de Moraes
Camila Sales Andrade
Aline da Silva Candeia
Eveline michelle Lima da Silva
Layze Braz de Oliveira
Inara Viviane de Oliveira Sena

DOI 10.22533/at.ed.98520230711

CAPÍTULO 12 130

CASO CLÍNICO DE GESTANTE EM TRATAMENTO DE TUBERCULOSE PULMONAR: ESTUDO DE CASO

Luciana do Socorro Serrão Filgueira
Paulo Henrique Viana da Silva
Romulo Roberto Pantoja da Silva

DOI 10.22533/at.ed.98520230712

CAPÍTULO 13 138

CUIDADOS DE ENFERMAGEM NAS SÍNDROMES HIPERTENSIVAS DA GESTAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Roberta Liviane da Silva Picanço
Tamara Braga Sales
Cláudia Patrícia Da Silva Ribeiro Menezes
Samara Gomes Matos Girão
Andreza Kelly Cardoso da Silva Soares
Maíra Maria Leite de Freitas
Lucélia Rodrigues Afonso
Marcia Alves Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.98520230713

CAPÍTULO 14 147

SIGNIFICADO DO PLANO DE PARTO: PERSPECTIVAS DA EQUIPE DE SAÚDE

Tâmem Luiza Borba
Geiza Martins Barros

CAPÍTULO 15 157

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO CUIDADO À CRIANÇA HOSPITALIZADA: ABORDAGEM NA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Manuela Costa Melo
Luana Nunes Lima
Lara Mabelle Milfont Boeckmann
Luciana Melo de Moura
Ruth Geralda Germana Martins
Ana Socorro de Moura
Amanda Costa Melo

DOI 10.22533/at.ed.98520230715

CAPÍTULO 16 169

AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS DE ALTO RISCO

Bianca Machado Cruz Shibukawa
Gabrieli Patricio Rissi
Kayna Trombini Schimidt
Priscila Garcia Marques
Ieda Harumi Higarashi

DOI 10.22533/at.ed.98520230716

CAPÍTULO 17 179

RISCOS BIOLÓGICOS E COMPORTAMENTAIS PARA DOENÇAS CARDIOVASCULARES EM ADOLESCENTES

Maria de Nazaré de Sousa Ribeiro
Cleisiane Xavier Diniz
Regina dos Santos Sousa
Fátima Helena do Espírito Santo
Fernanda Farias de Castro
Cássia Rozária da Silva Souza

DOI 10.22533/at.ed.98520230717

CAPÍTULO 18 189

O SIGNIFICADO DA HISTERECTOMIA PARA MULHERES EM PRÉ-OPERATÓRIO À LUZ DO PENSAMENTO DE MARTIN HEIDEGGER

Anna Maria de Oliveira Salimena
Marcela Oliveira Souza Ribeiro
Andyara do Carmo Pinto Coelho Paiva
Thais Vasconcelos Amorim
Rafael Carlos Macedo Souza
Amanda Tamires Drumond Vilas Boas Tavares
Layla Guimarães Paixão Oliveira
Nayara Costa Farah
Camila Silva Torres Militão
Alice Teixeira Caneschi

DOI 10.22533/at.ed.98520230718

CAPÍTULO 19 199

REPERCUSSÕES PSICOSSOCIAIS PÓS EXENTERAÇÃO PÉLVICA POR TUMORES GINECOLÓGICOS: REVISÃO DE LITERATURA

Natalia Beatriz Lima Pimentel
Vivian Cristina Gama Souza Lima
Felipe Cardozo Modesto

Patrícia dos Santos Claro Fuly
Kariny de Lima
Carmen Lucia de Paula
Rafael Carlos Macedo de Souza
Mauro Leonardo Salvador Caldeira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.98520230719

CAPÍTULO 20 207

A CIRURGIA DE MASTECTOMIA E SUA INFLUÊNCIA NO ÂMBITO BIOPSISSOCIAL FEMININO

Matheus Augusto da Silva Belidio Louzada
Lucas de Almeida Campos
Antonio da Silva Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.98520230720

CAPÍTULO 21 221

A PREDISPOSIÇÃO DA SÍNDROME DE BURNOUT EM POLICIAIS MILITARES FEMININAS EM UM BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Bárbara de Caldas Melo
Ana Karoline de Oliveira Castro
Larissa Magalhães Freitas
Leila Akemi Evangelista Kusano

DOI 10.22533/at.ed.98520230721

CAPÍTULO 22 233

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM FRENTE À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES

Ana Claudia Sierra Martins
Endian Luiza do Nascimento
Fernanda dos Santos Pereira
Maria Rita de Almeida Campos
Rita de Cássia Santoro de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.98520230722

SOBRE O ORGANIZADOR..... 247

ÍNDICE REMISSIVO 248

AMAMENTAÇÃO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 28/03/2020

Mônica Chiodi Toscano de Campos

Universidade de Brasília

Departamento de Enfermagem da Faculdade de Ciências da Saúde – Brasília

<https://orcid.org/0000-0003-4145-9216>

Ingridy Borges dos Santos

Universidade de Brasília

Departamento de Enfermagem da Faculdade de Ciências da Saúde – Brasília

<https://orcid.org/0000-0002-4472-1454>

Rejane Antonello Griboski

Universidade de Brasília

Departamento de Enfermagem da Faculdade de Ciências da Saúde – Brasília

<https://orcid.org/0000-0002-3745-6488>

Daniella Soares dos Santos

Universidade de Brasília

Departamento de Enfermagem da Faculdade de Ciências da Saúde – Brasília

<https://orcid.org/0000-0002-4968-7216>

Lara Mabelle Milfont Boeckmann

Universidade de Brasília

Departamento de Enfermagem da Faculdade de Ciências da Saúde – Brasília

<http://orcid.org/0000-0002-1213-559X>

tem suas especificidades e particularidades, sendo indispensáveis direitos reservados a elas, estratégias e ações de prevenção e promoção à sua saúde. O estudo visou avaliar as condições de amamentação vivenciadas pelas mulheres em situação de privação de liberdade e seus filhos no Brasil, a partir da produção científica. Trata-se de uma revisão integrativa com abordagem bibliométrica, que permite a síntese de métodos e resultados acerca de determinado tema, proporcionando maior aprofundamento. A revisão bibliográfica foi realizada em setembro de 2019 e atualizada em fevereiro de 2020, foram selecionados 20 artigos que discorreram sobre a realidade da amamentação no cárcere. A amamentação no cárcere é uma abordagem complexa, visto que envolve vários contextos simultaneamente incluindo a saúde, poderes administrativos, governos, políticas e legislações que permeiam esse cenário. Entre os artigos selecionados foi identificada a escassez de produções científicas de autoria da enfermagem que envolva o ato do aleitamento materno e suas circunstâncias no ambiente carcerário e quais as suas implicações para o binômio.

PALAVRAS-CHAVE: Amamentação. Prisões. Maternidade.

RESUMO: A mulher privada de sua liberdade

BREASTFEEDING IN BRAZIL'S PRISON POPULATION: AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

ABSTRACT: Women deprived of their liberty have their specificities and particularities, with rights reserved to them, strategies and actions to prevent and promote their health being indispensable. The study aimed to evaluate the breastfeeding conditions experienced by women in situations of deprivation of liberty and their children in Brazil, based on scientific production. It is an integrative review with a bibliometric approach, which allows the synthesis of methods and results on a given theme, providing greater depth. The bibliographic review was carried out in September 2019 and updated in February 2020, 20 articles were selected that discussed the reality of breastfeeding in prison. Breastfeeding in prison is a complex approach, as it involves several contexts simultaneously including health, administrative powers, governments, policies and legislation that permeate this scenario. Among the selected articles, the scarcity of scientific productions of nursing authorship involving the act of breastfeeding and its circumstances in the prison environment and its implications for the binomial was identified.

KEYWORDS: Breastfeeding. Prisons. Maternity.

1 | INTRODUÇÃO

A criminalidade que vem crescendo ao longo dos anos nas diversas cidades, especialmente nos grandes centros urbanos, é acompanhada por infratores de variadas classes sociais, etnias, religiões e sexo, tendo seu destino final em uma instituição penitenciária formando uma população carcerária dependente de um sistema punitivo no qual é duvidável o seu caráter de recuperação e ressocialização dos indivíduos (BARROS et al., 2016).

O crescimento dessa população é um fenômeno de dimensão global que se expandiu nas últimas décadas, reflexo do uso das prisões como um instrumento de controle e gerenciamento do crime. Os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (BRASIL, 2014a) mostram que o Brasil é o quarto país com o maior número de presidiários no mundo, sendo de 607.731 mil pessoas – atrás apenas dos Estados Unidos da América, China e Rússia. Os dados atualizados do INFOPEN (BRASIL, 2016) verificam o crescimento da população, chegando a 726.712 mil pessoas privadas de liberdade (ZACKESKI; MACHADO; AZEVEDO, 2016).

A população carcerária feminina alcançou 42 mil mulheres privadas de liberdade em junho de 2016, um aumento de 656% em relação ao início dos anos 2000 – que era de menor que 6 mil mulheres – ao passo que a população masculina no mesmo espaço de tempo cresceu 293%. É visível que esse crescimento não foi acompanhado de novas ampliações dos ambientes prisionais, pois existe um *déficit* de 15.326 mil vagas apenas no contexto feminino, contribuindo significativamente para um encarceramento

desumano, insalubre, invisível e indigno contribuindo para as indignações nas prisões, tumultos e rebeliões (BRASIL, 2018).

A mulher privada de sua liberdade tem suas especificidades e particularidades, sendo indispensáveis direitos reservados a elas, estratégias e ações de prevenção e promoção de saúde (SANTOS et al., 2017). A própria Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5º, incisos XLVIII e XLIX, assegura aos presos integridade física e moral, além de cumprir a pena em estabelecimentos de acordo com idade, delito e sexo; além de assegurar à presidiária, de forma específica, no inciso L, o direito e condições necessárias para permanecer com seu filho durante a amamentação (BRASIL, 1988).

Foram criados, através dos anos, leis e políticas a fim de assegurarem os direitos à população feminina privada de sua liberdade. A Lei do Exercício Penal (LEP) de 1984 foi a primeira delas, e abordava os direitos dessa população, incluindo o direito à saúde com atendimento médico, odontológico e farmacêutico. Garantia ainda, o atendimento em outro local quando o estabelecimento prisional não tiver condições para isso, necessitando apenas da autorização dos serviços (BRASIL, 1984). Essa lei sancionada não teve muito impacto na prática, sua aplicação foi falha, e tratar desse assunto nesse período ainda era interesse da segurança e não da saúde.

Foi por meio da Portaria interministerial 1.777/2003 que esses direitos de acesso foram legitimados, salientando a necessidade de definição e implementação de serviços e ações para a população privada de liberdade, conforme os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), objetivando uma atenção integral à saúde. Conhecido como Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSS), essa portaria ampliou as ações de saúde no sistema prisional (BRASIL, 2005). Entretanto, cabe lembrar que considerava agravos gerais da população penitenciária como infecções sexualmente transmissíveis, tuberculose, diabetes, hipertensão e hepatites. A atenção às peculiaridades da saúde da mulher no sistema prisional se resumia ao controle do câncer de mama e cérvico-uterino, além da realização de pré-natal.

Foi apenas em 2009, que a nova redação da LEP acrescenta alguns artigos que asseguram condições mínimas ao binômio mãe-bebê. No Art. 14º, § 3º afirma que a mãe dispõe de acompanhamento médico principalmente no pré-natal e pós-parto se estendendo ao recém-nascido. Em seu Art. 83º e 89º, as penitenciárias devem ter seções para gestantes e parturientes, berçário e creche onde possam cuidar e também amamentar seus filhos, com permanência de mínimo 6 meses e menores de 7 anos, com o objetivo de amparar a criança cuja responsável está presa (BRASIL, 2009).

Na Resolução nº 03 de 1 de junho de 2012, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), recomenda a não utilização de algemas durante condução ou permanência em unidades hospitalares das mulheres em situação de parto e pós-parto (BRASIL, 2012). No intuito de garantir a essas mulheres e seus recém-nascidos/crianças humanidade, através do respeito ao seu espaço pessoal e vínculo materno infantil, em

diversas situações, incluindo o processo de atendimento hospitalar.

Em 2014 surge a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), instituída através de outra Portaria Interministerial, nº 210/2014, que aumentou a visibilidade em relação à população prisional feminina, incluindo ações de prevenção sobre violência contra a mulher, adaptação das unidades prisionais para o público feminino, além de normas e procedimentos adequados para as diferentes individualidades como escolaridade, maternidade, religiosidade, entre outros assuntos importantes (BRASIL, 2014b).

A normatização através da Portaria nº 482/2014 determinou os serviços de saúde penitenciários em três formatos, definindo-os conforme o número de pessoas nas unidades prisionais, sendo: Tipo I, com até 100 pessoas; Tipo II, de 101 a 500 pessoas; Tipo III, de 501 a 1200 pessoas. Garantindo uma equipe de atenção básica multidisciplinar a todas as unidades, composta por no mínimo um enfermeiro, um técnico de enfermagem, um cirurgião dentista, um técnico de higiene bucal e um médico. Podendo ser acrescida nos Tipos I e II com saúde mental e III de: nutricionista, psiquiatra, assistente social, psicólogo, farmacêutico, terapeuta ocupacional e fisioterapeuta. Atendendo não só o indivíduo em regime fechado, mas em semiaberto, aberto, em medida de segurança, além dos servidores e os familiares da população privada de liberdade (BRASIL, 2014c).

Sendo assim, é de extrema importância que as equipes de saúde dentro das instituições prisionais tenham conhecimento das necessidades de saúde da população carcerária feminina brasileira para poder oferecer assistência qualificada, digna e com ações específicas voltadas para as carências desse grupo, afinal, conhecer a quem está se prestando o cuidado é fundamental para planejamento de estratégias de intervenção e posterior avaliação. O papel do enfermeiro está baseado principalmente em propagar sua atuação às populações vulneráveis e estigmatizadas, no fortalecimento da autonomia dessas mulheres com educação em saúde focado na saúde sexual e reprodutiva, e proporcionando uma assistência integral e humanizada (RIBEIRO et al., 2013; RODRIGUES et al., 2016; BORGES et al., 2018).

Apesar de constituir-se legalmente bem estruturados, os direitos à saúde e humanização das mulheres privadas de sua liberdade não são praticados, devido a diversos fatores incluindo a precariedade dos sistemas de saúde, prisional e político. Assim, este estudo tem como objetivo reunir o conhecimento produzido, colaborar e atualizar a temática.

2 | OBJETIVO

Identificar na literatura, as condições de amamentação vivenciadas pelas mulheres em situação de privação de liberdade e seus filhos no Brasil.

3 | METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de revisão integrativa, com abordagem bibliométrica. A técnica permite sintetizar métodos e resultados de múltiplos estudos publicados acerca de determinado tema de modo sistemático e apontar lacunas do conhecimento que necessitam ser preenchidas, colaborando para um maior aprofundamento do fenômeno investigado. A pergunta norteadora da busca foi “Quais as condições do aleitamento materno para as mulheres em situação de cárcere no Brasil?”

A revisão foi composta das seguintes etapas: realização da busca de artigos nas bases de dados; definição de critérios de inclusão e exclusão; coleta das informações a serem extraídas dos artigos selecionados; análise e interpretação das pesquisas selecionadas. Foram selecionadas as bases de dados bibliográficos da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS): Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), bem como a análise da literatura cinzenta. A literatura cinzenta é composta por produção não monitorada por editores científicos ou comerciais, dentre elas existem relatórios governamentais, teses, dissertações e resumos (PEREIRA; GALVÃO, 2014). A busca de estudos na literatura cinzenta é recomendada para elaboração da revisão sistemática, pois apesar de sua relevância variar entre as áreas de conhecimento, não raramente é de grande importância (PEREIRA; GALVÃO, 2014). Nessa revisão, a busca de produção na literatura cinzenta foi realizada no Google Acadêmico (*Google Scholar*).

Os critérios de inclusão dos estudos contemplaram: pesquisas que tinham como foco o aleitamento materno realizado por mulheres que se encontram em situação de cárcere no Brasil, publicados em qualquer idioma e sem restrição quanto ao ano de publicação. O levantamento dos artigos se deu em setembro de 2019. Foram excluídos os estudos que apresentaram informações insuficientes acerca da população do estudo, além de revisões, relatos de casos, resumo apresentado em congressos e conferências, protocolos de estudo, carta ao editor, opiniões pessoais, análise institucional e manuais.

Os descritores utilizados foram gerados a partir da lista de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), sendo eles: Aleitamento Materno, Prisões, Maternidade, Saúde da Mulher, Gestantes, Gravidez, Mulheres. As estratégias de busca foram: Maternidade AND Prisão; Amamentação AND Prisão; Gravidez AND Prisão; Gestantes AND prisão; Saúde da Mulher AND Prisões; Mulheres AND Prisões; Gestantes AND Prisões.

Para a caracterização dos artigos foi elaborada uma ficha com as seguintes informações: identificação do artigo (título do artigo, ano de publicação, autores, local do estudo, delianeamento, objetivos e resultados encontrados).

4 | RESULTADOS

As estratégias de busca desse presente estudo resultaram 1.297 artigos, dos quais 1.068 se encontravam na base de dados BVS: 45 na BDEF; 171 no LILACS; 852 na MEDLINE; na base de dados SciELO foram encontrados 66 artigos; e no Google Scholar 163 artigos. Após leitura do título, resumo e estudo na íntegra, somente 154 respondiam à questão norteadora e aos critérios de inclusão delimitados no presente estudo, sendo que 134 deles estavam duplicados, resultando, assim, um total de 20 documentos (Quadro 1).

BASE DE DADOS	ESTRATÉGIA DE PESQUISA	RESULTADOS
BVS/BDEF	<i>“Maternidade AND prisão”; “Aleitamento Materno AND Prisão”; “Amamentação AND Prisão”; “Gravidez AND Prisão”; “Gestantes AND Prisão”; “Saúde da Mulher AND Prisões”; “Mulheres AND Prisões”; “Gestantes AND Prisões”.</i>	45
BVS/LILACS	<i>“Maternidade AND prisão”; “Aleitamento Materno AND Prisão”; “Amamentação AND Prisão”; “Gravidez AND Prisão”; “Gestantes AND Prisão”; “Saúde da Mulher AND Prisões”; “Mulheres AND Prisões”; “Gestantes AND Prisões”.</i>	171
BVS/MEDLINE	<i>“Maternidade AND prisão”; “Aleitamento Materno AND Prisão”; “Amamentação AND Prisão”; “Gravidez AND Prisão”; “Gestantes AND Prisão”; “Saúde da Mulher AND Prisões”; “Mulheres AND Prisões”; “Gestantes AND Prisões”.</i>	852
SciELO	<i>“Maternidade AND prisão”; “Aleitamento Materno AND Prisão”; “Amamentação AND Prisão”; “Gravidez AND Prisão”; “Gestantes AND Prisão”; “Saúde da Mulher AND Prisões”; “Mulheres AND Prisões”; “Gestantes AND Prisões”.</i>	66
Google Scholar	<i>“Maternidade AND prisão”; “Aleitamento Materno AND Prisão”; “Amamentação AND Prisão”; “Gravidez AND Prisão”; “Gestantes AND Prisão”; “Saúde da Mulher AND Prisões”; “Mulheres AND Prisões”; “Gestantes AND Prisões”.</i>	163
Total		1.297

Quadro 1 – Distribuição da fonte de dados, procedimento de coleta, documentos identificados e documentos selecionados para o estudo. Brasília, 2020.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

Título do artigo	Ano de publicação	Autores	Local do estudo	Delineamento do Estudo	Resultados encontrados
Nascimento atrás das grades: uma prática de cuidado direcionada a gestantes, puérperas e recém-nascidos em privação de liberdade.	2006	ROSINSKI, T. C.; CORDEIRO, C. G.; SANTOS, E. K. A.; MONTICELLI, M.	Santa Catarina	Descritivo	Compreensão das relações de cuidado e autocuidado adotado por mulheres em situação de cárcere.
Maternidade atrás das grades	2011	SILVA, E. F.; LUZ, A. M. H.; CECCHETTO, F. H	Rio Grande do Sul	Exploratório e descritivo	Descoberta da maternidade em situação de prisão. Preocupação das mães com as condições precárias em relação a saúde dos filhos.

Percepção de mães presidiárias sobre os motivos que dificultam a vivência do binômio	2014	ARAÚJO, A.N.V; MOURA, L. B.; NETO, E. A.F.; BISPO, T.C.F.	Bahia	Qualitativo	O Conjunto Penal Feminino estabelece o direito do bebê à amamentação, mas a insatisfação com a estrutura física e a assistência à saúde foram destacadas pelas presidiárias, evidenciando falhas no sistema carcerário. A partir dos relatos concluímos que sobre a percepção das presidiárias houve concordância geral a respeito do descontentamento com a falta de estrutura, assistência e benefícios para as boas práticas da amamentação.
Gestação e puerpério no cárcere: estudo descritivo da atenção à saúde	2014	PÍCOLI, R. P.; SANTOS, J. P. S.; ARAZAWA, C. Y; MEDEIROS, I. C. P; LEITE, M. F; FURTADO, N; FREITAS, P. H. G. V; REIS, E.	Mato Grosso do Sul.	Descritivo	A assistência pré-natal e puerperal dos presídios se mostra inadequada. Falta da educação em saúde sobre amamentação, cuidados com o recém-nascido e planejamento familiar.
Maternidade atrás das grades: em busca da cidadania e da saúde. Um estudo sobre a legislação Brasileira.	2015	VENTURA, M.; SIMAS, L.; LAROUZÉ, B.	Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Paraná, São Paulo	Descritivo	Há garantia legal constitucional do direito à amamentação, mas encontra-se ausência de outros aspectos relativos a maternidade em situação de cárcere. Resultando numa dupla penalização às mulheres estendendo-se aos seus filhos.
De alagoes a vítimas: dos direitos cegos e nulos à mulher gestante em situação de cárcere	2015	CALHIARI, E. A.; SANTOS, L. R. S.; BRUNINI, B. C. C. B.	-	Sem delineamento	Insuficiência de profissionais adequados, falta de infraestrutura. O empoderamento das mulheres em relação aos seus direitos.
Maternidade em situação de prisão	2015	FRANÇA, A. M. B.; SILVA, J. M. O.	-	Sem delineamento	Encarceramento já promove danos emocionais e ansiedades gerando sofrimento, somados à situação de incerteza do futuro e separação dos filhos causa comprometimento da manutenção saudável do binômio.
Vivência da maternidade para presidiárias	2015	OLIVEIRA, L. V.; MIRANDA, F. A. N.; COSTA, G. M. C.	Paraíba	Exploratório e descritivo	A vivência da maternidade permeada por sofrimento e limitações. Maternidade como consolo em meio a angústia e solidão.
A jurisprudência brasileira acerca da maternidade	2015	SIMAS, L.; VENTURA, M.; BAPTISTA, M. R.; LAROUZÉ, B.	Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Mato Grosso	Correlacional	Invisibilidade da maternidade e suas peculiaridades na instância judicial. Os direitos indisponíveis da criança à amamentação, à saúde e à convivência com a mãe, respaldados pelo discurso da garantia da ordem e segurança pública.

Mães e Filhos atrás das grades: um olhar sobre o drama de cuidar dos filhos na prisão	2016	AMARAL, M.F.; BISPO, T.C.F.	Bahia	Qualitativo	O sistema penitenciário feminino encontra-se despreparado na sua estrutura e na oferta de profissionais capacitados para lidar com as especificidades das gestantes, puérperas e seus filhos dentro do contexto da prisão
Maternidade atrás das grades: particularidades do binômio mãe e filho	2016	MIRANDA, D. B.; MATÃO, M. E. L.; MALAQUIAS, A.; SOUZA, E. L.	Goiânia	Descritivo	Falta de infraestrutura, o vínculo entre ambos, os benefícios e malefícios da permanência ou separação do binômio, a precariedade da assistência à saúde e cuidados gerais.
Mães no cárcere: percepção de vínculo com os filhos	2016	SOARES, I. R.; CENCI, C. M. B.; OLIVEIRA, L. R. F.	Rio Grande do Sul	Exploratório e descritivo	Percepção da maternidade e necessidade de cuidar dos filhos como motivação para cumprir suas penas e superarem os limites impostos pela instituição prisional.
Trajetórias de mulheres privadas de liberdade: práticas de cuidado no reconhecimento do direito à saúde no Centro de Referência de Gestantes de Minas Gerais	2016	LOPES, T. C.; PINHEIRO, R.	Minas gerais	Exploratório-Longitudinal	Relações de vínculo e acolhimento dessas mulheres pelos gestores e agentes. Perda dos direitos civis, mas garantia do direito à saúde. Resoluções que possam garantir o direito e a integralidade do cuidado.
Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade	2016.	DIUANA, V.; VENTURA, M.; SIMAS, L.; LAROUZÉ, B.; CORREA, M.	4 estados não especificados	Descritivo	Violações dos direitos sustentados em discursos ofensivos e agressivos que deslegitimam a maternidade das mulheres em situação de cárcere.
Cárcere e Maternidade: o desafio de conciliar custódia e amamentação	2017	FREIRE, G.O.B.; RAMOS, E.M.L.S.; FRENANDEZ, A.P.O.	Pará	Pesquisa quantitativa e qualitativa, interpretativa	Os resultados da pesquisa indicaram que as mães reconhecem: a importância do leite materno como fonte de vitaminas e de proteção contra doenças; a importância da amamentação no fortalecimento do vínculo entre mãe-bebê e a importância do vínculo mãe-bebê como estímulo a uma mudança de vida; assim como, que o perfil das mulheres encarceradas constitui-se basicamente de mulheres com idade entre 19 e 26 anos, de baixa renda, de baixa escolaridade, cor/raça autodeclarada parda ou negra, que ocupavam atividades mal remuneradas, que em regra cometeram o crime de tráfico.
Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade	2017	DIUANA, V.; CORRÊA, M.C.D.V.; VENTURA M.	4 estados não especificados	Descritivo	Tensões e formas peculiares de viver a maternidade no cárcere, gerada pela vigilância constante, regulamentações penais, restrições do poder de mãe e separação compulsória.

Vivências de gestantes em situação de prisão	2017	FOCHI, M.C.S.; HIGA, R.; CAMISÃO, A.R.; TURATO, E.R.; LOPES, M.H.B.M.	São Paulo	Descritivo e Qualitativo	As mulheres tinham a perspectiva de ficar com seu filho durante o período de amamentação (seis meses), porém, ter o filho no cárcere foi mais um motivo de dor; aponta também que falar das expectativas da amamentação ascendeu à realidade da separação e revelou a angústia a ser vivenciada no momento do seu filho ser levado para os cuidados dos familiares; a dor da separação de seu filho e o medo em perder o amor de mãe pareceram as maiores dentre todas as dores.
Promoção do aleitamento materno no sistema prisional a partir da percepção de nutrizes encarceradas	2018	GUIMARÃES, M.L.; GUEDES, T.G.; LIMA, L.S.; MORAIS, S.C.R.V.; JAVORSKI, M.; LINHARES, F.M.P.	Recife	Estudo Qualitativo	A promoção do Aleitamento Materno com foco na saúde da criança; Promoção do Aleitamento Materno Exclusivo de forma impositiva; Interação conflituosa com os profissionais da saúde; Relação harmoniosa e de confiança com o Setor Psicossocial; as regras do sistema prisional definindo a duração do Aleitamento Materno; Estrutura física e confinamento como estressores; O ambiente carcerário e suas regras como geradores de estresse e perturbação para a prática do aleitamento materno.
Significando o amamentar na prisão	2018	MARIANO, G.J.S.; SILVA, I.A.	06 penitenciárias do Estado de São Paulo	Estudo Qualitativo	A amamentação se insere como elemento de promoção vínculo entre mãe e filho e na promoção do bem-estar materno, mas está inserida em um contexto de conflitos e perdas sociais; que reflete a possibilidade de ruptura da relação mãe e filho, com a conclusão do período de permanência regulamentar da criança no ambiente prisional; e revela uma avaliação materna sobre sua decisão de manter a criança junto a si na prisão.
O reflexo do cárcere no direito à amamentação e à maternidade	2019	MARTINS, N.B.; RUIZ, E.N.F.	Rio Grande do Sul	Estudo Qualitativo	A amamentação é executada com sucesso pela maioria das mães, além do espaço ter uma estrutura adequada para que isto aconteça e os profissionais serem empenhados no mesmo discurso de incentivo ao aleitamento materno.

Tabela 2 - Identificação dos artigos selecionados para o estudo. Brasília, 2020.

Fonte: Elaborado pelas Autoras (2020).

Quanto ao delineamento dos 20 estudos, os resultados encontrados foram: 05 qualitativos; 09 descritivos; 02 sem delineamento; 01 correlacional; 01 longitudinal, 01 qualitativo/descritivo; 01 qualitativo/quantitativo. Entre os estudos os objetivos foram avaliar

as conexões entre saúde, direitos, legislações e políticas referentes à amamentação em situação de cárcere.

Considerando os locais da realização dos estudos, encontramos: 02 na Bahia, 1 Goiás, 02 Mato Grosso/Paraná/Rio Grande do Sul/São Paulo, 01 Mato Grosso do Sul, 01 Minas Gerais, 01 Pará, 01 Paraíba, 01 Recife, 03 Rio Grande do Sul, 01 Santa Catarina, 02 em São Paulo, 04 sem identificação do local.

5 | DISCUSSÃO

Atualmente, o sistema prisional é regido por diferentes tipos normativos nas esferas federais e estaduais, além de decretos e regimentos internos, definindo e disciplinando os ambientes e as relações dentro desses sistemas, incluindo o aleitamento materno e a permanência do binômio mãe-filho no cárcere. A mãe é dependente de leis e de decisões judiciais em todos os âmbitos para permanecer ou não com o filho na instituição, variando de acordo com cada situação, localidade e instituição. Esses atrasos e empecilhos comprometem a relação do binômio e, concomitantemente, a saúde da mulher e da criança.

No Brasil, 80% das mulheres em situação de cárcere, são mães, e vivem a realidade do abandono e a conseqüente fragilização das relações familiares, incluindo, a relação com seus filhos. Os estudos apontam que a maioria das pessoas, entre elas, familiares e funcionários, se contrapõem ao fato de as crianças permanecerem ou irem aos presídios. Já o desejo das mães é permanecerem junto aos filhos e defendem que essa permanência com eles supre qualquer outra falha, mas, ainda assim, a maior parte, acredita que o melhor lugar para seus filhos é fora daquele espaço. Concluem que fora do cárcere seus filhos têm melhor assistência junto à família, assistência à saúde, lazer e infraestrutura. Por outro lado, quando são destituídas do direito de permanecerem com seus filhos, essas mulheres vivenciam sentimentos de perda, culpa, solidão, medo e impotência; fazendo da maternidade um momento contraditório e confuso (SOARES; CENCI; OLIVEIRA, 2016; MIRANDA; MATÃO; MALAQUIAS; SOUZA, 2016; DIUANA et al., 2016; OLIVEIRA; MIRANDA; COSTA, 2015; GUIMARÃES; GUEDES; LIMA; MORAIS; JAVORSKI; LINHARES, 2018; MARIANO; SILVA, 2018).

O vínculo entre mãe e bebê nos primeiros anos de vida se mostra de extrema importância. Estudos afirmam que há o desenvolvimento emocional e psicológico da criança e que o papel da mãe juntamente com a amamentação traz segurança, orienta e expõe limites do eu e do outro ao bebê. O ambiente também tem influência na construção desse vínculo, necessitando ser acolhedor, calmo e seguro. Esse vínculo gera benefícios também para a mãe, que relata não se sentir mais tão sozinha, suavizando a permanência no cárcere, gerando força e desejo de transformar sua vida e permanecer com seu filho após o cumprimento da pena (SOARES; CENCI; OLIVEIRA, 2016; DIUANA

et al., 2016; MARIANO; SILVA, 2016; MIRANDA; MATÃO; MALAQUIAS; SOUZA, 2016; FREIRE; RAMOS; FRENANDEZ, 2017; MARIANO; SILVA, 2018).

A amamentação e seus benefícios de troca de afeto, aumento da imunidade e fortalecimento da saúde mãe-bebê, está também, permeada de tensões que se mostram timidamente, como a iminência da separação e as constantes ameaças que atuam como punição, modelação de comportamentos e controle sobre essas mães. Essa mesma iminência gera diferentes atitudes das mães em relação à amamentação, umas evitam e/ou não se empenham à inserção de alimentos na dieta do bebê, afim de que eles continuem na amamentação exclusiva, assegurando o tempo limite até a separação do binômio; outras, realizam o desmame precoce pelo medo da separação abrupta, com o objetivo de adaptar o filho a nova realidade (DIUANA; CORRÊA; VENTURA, 2017; OLIVEIRA; MIRANDA; COSTA, 2015; FOCHI; HIGA; CAMISÃO; TURATO; LOPES, 2017).

O apego entre o binômio mãe-bebê, pela vivência intensa e inseparável, intensifica o sofrimento dos dois lados, quando há a separação. O filho vive a sensação de abandono por parte da mãe e tem que encontrar um novo vínculo que se sinta seguro. A mãe que não pode amamentar sofre fisicamente e mentalmente, algumas relatam sentir o momento que os filhos precisariam ser amamentados, pelo fato de o seio expelir leite, também deram sinais de depressão após a separação ou nas diversas separações - ao final de cada visita (SOARES; CENCI; OLIVEIRA, 2016; CALHARI; SANTOS; BRUNINI, 2015; DIUANA; CORRÊA; VENTURA, 2017; OLIVEIRA; MIRANDA; COSTA, 2015; FOCHI; HIGA; CAMISÃO; TURATO; LOPES, 2017).

A falta de medidas institucionais de proteção aos direitos das crianças que vivem com suas mães em situação de cárcere é preocupante, pois cria uma invisibilidade para essa população infantil, gerando um ciclo de violação de direitos e uma “extensão da pena” das mães para os filhos, uma vez que os filhos compartilham dos mesmos dramas vivenciados pelas mães (VENTURA; SIMAS; LAROUZE, 2015; AMARAL; BISPO, 2016; MIRANDA; MATÃO; MALAQUIAS; SOUZA, 2016).

Sabendo que o ambiente deve ser propício no momento da amamentação, para que seja proveitoso para a mãe e o bebê, vemos que as instituições deixam a desejar. Muitos dos estudos afirmam que as mães e os filhos vivem em ambientes insalubres e impróprios, sujeitos a estruturas com pouca ventilação, iluminação e espaços pequenos e limitados, mantendo a ideia de punição, privação e vigilância que se destinam à mãe e que acabam por refletir na criança. Nos estudos foram identificadas diversas estruturas institucionais: em algumas instituições prisionais há espaços definidos como “creche pré-escolar”, independentes e anexas a instituição, com refeitórios, salões e brinquedos, permitindo a permanência de crianças até os 6 anos. Em outras, temos locais internos e externos para cuidados maternos, pré-natais e permanência de nascituro e lactante; e ainda, outras instituições que apenas destinam uma cela, a qual nomeiam de berçário (ARAÚJO; MOURA; NETO; BISPO, 2014; CALHARI; SANTOS; BRUNINI, 2015; MIRANDA; MATÃO;

MALAQUIAS; SOUZA, 2016; VENTURA; SIMAS; LAROUZE, 2015; OLIVEIRA; MIRANDA; COSTA, 2015; GUIMARÃES; GUEDES; LIMA; MORAIS; JAVORSKI; LINHARES, 2018).

Ventura, Simas e Larouze (2015) discorrem sobre a saúde, sendo cada vez mais, o resultado de decisões políticas que se impõem aos determinantes sociais que delineiam o acesso à saúde, alimentação, ambiente adequado, educação, entre outros. O que é notório no sistema penitenciário, onde em sua maioria é precária a atenção à saúde, comprometendo mulheres e crianças. Os relatos são da existência de *déficits*, pois nem todas as consultas são realizadas nas dependências carcerárias, tanto pela escassez de profissionais - ou a falta de especialização dos mesmos - como pela falta de materiais e alimentos adequados, acabando por recorrer aos familiares e agentes da instituição, os quais ajudam com complementos alimentares, fraldas e outros (SILVA; LUZ; CECCHETTO, 2011; ARAÚJO; MOURA; NETO; BISPO, 2014; MIRANDA; MATÃO; MALAQUIAS; SOUZA, 2016; SOARES; CENCI; OLIVEIRA, 2016; CALHARI; SANTOS; BRUNINI, 2015; AMARAL; BISPO, 2016, DIUANA et al., 2016; GUIMARÃES; GUEDES; LIMA; MORAIS; JAVORSKI; LINHARES, 2018).

Na maioria das situações, as mulheres se encontram desamparadas pelo sistema de saúde, sem saber como conduzir uma gestação e até mesmo o aleitamento materno, quando conseguem consultas extramuros, encontram barreiras como o descaso, a falta de agentes e escolta para acompanhá-las. Por diversas vezes são questionadas sobre a real necessidade de seus filhos e em relação aos sintomas que eles apresentam, sendo submetidos a avaliações das agentes para validar sua real necessidade. Para garantir o mínimo de saúde, algumas mães encaminham os filhos com os familiares para irem a uma consulta ou vacinar, pelo fato de muitas vezes não serem autorizadas a acompanhar seus filhos nas consultas, e quando podem, encaram o medo e o preconceito por parte dos profissionais de saúde. Assim, dão força a ideia de que a mulher é apenas nutriz e não tem poder nas decisões sobre o filho (MIRANDA; MATÃO; MALAQUIAS; SOUZA, 2016; DIUANA; CORRÊA; VENTURA, 2017).

A enfermagem e a equipe multiprofissional se deparam com grandes desafios no âmbito penitenciário nacional, por não ter regulamentação clara, fluxos definidos de atenção à saúde, nem a infraestrutura necessária ou recursos para aplicar seu conhecimento com plenitude e segurança na execução do seu papel. O campo de atuação se mostra extenso, mas o medo, preconceito, descaso e a falta de incentivo cria uma distância ainda maior entre a necessidade dessa população e o dever do profissional. Estudos apontam que mesmo quando se tem a presença dos profissionais de saúde há *déficits* importantes nesse cuidado prestado, como a não abordagem relativas ao manejo das mamas, ao aleitamento materno, orientações sobre planejamento familiar e saúde reprodutiva durante as consultas; informações expressas pelas internas como assunto de interesse (ROSINSKI et al., 2006; VENTURA; SIMAS; LAROUZE, 2015; PÍCOLI et al., 2014).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão integrativa permitiu, com base nas literaturas científicas, avaliar as condições de amamentação vivenciadas pelas mulheres em situação de privação de liberdade e seus filhos. Um tema de abordagem complexa, visto que envolve vários contextos simultaneamente, como a saúde, poderes administrativos, governos, políticas e legislações.

As instituições que, em sua maioria, são ultrapassadas, superlotadas e que não levam em consideração as necessidades da mãe e da criança, dificultam a atuação da enfermagem de forma integral e, por consequência, o cuidado ao binômio. A produção acadêmica da enfermagem, sobre o assunto, é escassa e pouco abordada na graduação, deixando assim um espaço que deveria ser melhor trabalhado e discutido.

Nota-se que a produção legislativa é abrangente e supre as necessidades do binômio na teoria, entretanto, o que se vê na prática é, na maior parte dos casos, a falta de aplicação adequada das leis e dos direitos dessa população, em detrimento da saúde e do bem-estar. Observa-se isto por diversos fatores como: os trâmites judiciais, o acúmulo de processos, a falta de verba e de infraestrutura apropriada, além do despreparo e/ou escassez de profissionais.

É claro que todos esses entraves permeiam a amamentação, a criação do vínculo e a permanência conjunta do binômio, mas deve-se salientar que essas barreiras não podem bloquear o fomento aos processos de resolução, começando por trazer à tona a discussão dessa realidade, que por muitas vezes é negligenciada e um tanto quanto esquecida pelos poderes, pelos profissionais de saúde e pela sociedade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. F.; BISPO, T. C. F. Mães e Filhos Atrás Das Grades: Um Olhar Sobre o Drama do Cuidar de Filhos na Prisão. *Revista Enfermagem Contemporânea*. Salvador, v. 5, n. 1, p.51-58, 2016.

ARAÚJO, A. N.V. et al. Percepção de Mães Presidiárias Sobre os Motivos que Dificultam a vivência do Binômio. *Revista Enfermagem Contemporânea*. Salvador, v. 3, n. 2, p.131-142, 2014.

BARROS, M. A. R. et al. Situação socioeconômica e reprodutiva de mulheres presidiárias Sociodemographic and reproductive factor of female prisoners. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro [s.l.], v. 8, n. 4, p. 4980-4985, out. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2016.v8i4.4980-4985>. Acesso em: 07 out. 2019.

BORGES, A. P. et al. Perfil *Socioeconômico E Sexual De Mulheres Privadas De Liberdade*. **Revista de Enfermagem UFPE OnLine**, Recife, v.12, n.7, p.1978-1985, jul. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 07 out. 2019.

_____. **Lei de Execução Penal**. Brasília, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 07 out. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 64 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_nacional_saude_sistema_penitenciario_2ed.pdf. Acesso em: 08 out. 2019.

_____. _____. **Lei nº 11.942**, de 28 de maio de 2009. Dá nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/13490175/lei-n-11942-de-28-de-maio-de-2009>. Acesso em: 07 out. 2019.

_____. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de política criminal e penitenciária. **Resolução nº 03**, de 1º de junho de 2012. Brasília, 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/Qbex/Downloads/2012 Resolu003.pdf](file:///C:/Users/Qbex/Downloads/2012%20Resolu003.pdf). Acesso em: 08 out. 2019.

_____. _____. **Levantamento nacional de informações INFOPEN**. Brasília (DF): Ministério da Justiça, 2014a. 148p. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em: 07 out. 2019.

_____. _____. **Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional**. Brasília, 2014b. Disponível em: http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/PPM/U_PT-INTERM-MJ-MSPM-210_160114.pdf. Acesso em: 07 out. 2019.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 482**, de 1º de abril de 2014. Brasília, 2014c. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0482_01_04_2014.html. Acesso em: 08 out. 2019.

_____. _____. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento nacional de informações penitenciárias INFOPEN**. Brasília: Ministério da Justiça, 2016. Disponível em: https://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf. Acesso em: 07 out. 2019.

_____. _____. **Levantamento nacional de informações penitenciárias INFOPEN mulheres [Internet]**. Brasília: Ministério da Justiça, 2018. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em: 07 out. 2019.

CALHIARI, E. A.; SANTOS, L. R. S.; BRUNINI, B. C. C. B. De algozes a vítimas: dos direitos cegos e nulos à mulher gestante em situação de cárcere. **Psicol. Argum.** Curitiba, v. 33, n. 82, p. 393-409, jul.-set. 2015.

DIUANA, V.; VENTURA, M.; SIMAS, L.; LAROUZÉ, B.; CORREA, M. Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 2041-2050, July 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000702041&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 Oct. 2017.

DIUANA, V.; CORREA, M.C.D.V.; VENTURA, M. Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 727-747, July 2017. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312017000300727&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 Oct. 2017.

FRANÇA, A. M. B.; SILVA, J. M. O. Maternidade em situação de prisão. **Rev. baiana enferm.** Salvador, v. 29, n. 4, p.411-420, 2015.

FREIRE, G.O.B. Cárcere e Maternidade: o Desafio de Conciliar Custódia e Amamentação. 2017. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública) -Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

FOCHI, M. C. S. et al. Vivências de gestantes em situação de prisão. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, Goiânia, v. 19, dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fen/article/view/46647>. Acesso em: 29 set. 2019. » <https://www.revistas.ufg.br/fen/article/view/46647>

GUIMARAES, M. et al. PROMOÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO NO SISTEMA PRISIONAL A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE NUTRIZES ENCARCERADAS. *Texto contexto - enferm.*, Florianópolis, v. 27, n. 4, e3030017, 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000400317&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Oct. 2019. Epub Dec 03, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072018003030017>.

LOPES, T. C.; PINHEIRO, R. Trajetórias de mulheres privadas de liberdade: práticas de cuidado no reconhecimento do direito à saúde no Centro de Referência de Gestantes de Minas Gerais. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 1193-1212, Oct. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312016000401193&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Oct. 2017.

MARIANO, G.J.S.; SILVA, I.A. Significando o amamentar na prisão. *Texto contexto - enferm.*, Florianópolis, v.27, n.4, p. e0590017, 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000400312&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Oct. 2019. Epub Nov 08, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072018000590017>

MARTINS, N.B. O reflexo do cárcere no direito à amamentação e à maternidade. 2019. 19f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MIRANDA, D. B; MATÃO, M. E. L; MALAQUIAS, A; SOUZA, E. L. Maternidade atrás das grades: particularidades do binômio mãe e filho. *Rev. enferm. Cent.-Oeste Min.* São João Del Rey, v. 6, n. 2, p.2235-2246, maio-ago. 2016.

OLIVEIRA, L. V.; MIRANDA, F. A. N.; COSTA, G. M. C. Vivência da maternidade para presidiárias. *Rev. eletrônica enferm.* Goiânia, v. 17, n. 2, p. 360-369, 2015.

PEREIRA, M. G.; GALVÃO, T. F. Etapas de busca e seleção de artigos em revisões sistemáticas da literatura. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 23, n. 2, p. 369-371, abr/jun. 2014.

PÍCOLI, R. P.; et al. Gestaçã e puerpério no cárcere: estudo descritivo da atenção à saúde. *Rev. baiana saúde pública*. Salvador, v. 38, n. 1, p. 67-82, jan.-mar. 2014. Disponível em: <<http://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/413/1156>> Acesso em: 10 May 2019.

RIBEIRO, S. G. et al. Gynecologicandobstetric profile ofstateimprisonedfemales. *Texto contexto - enferm.*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 13-21, Mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072013000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 May 2019.

RODRIGUES, C.L.H. et al. Gênero no contexto dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres privadas de liberdade. *Eg: Enfermería global*, Murcia, p.151-163, jul. 2016.

ROSINSKI, T. C.; CORDEIRO, C. G.; MONTICELLI, M.; SANTOS, E. K. A. Nascimento atrás das grades: uma prática de cuidado direcionada a gestantes, puérperas e recém-nascidos em privação de liberdade. *Ciênc. cuid. Saúde*. Maringá, v. 5, n. 2, p. 212-219, maio-ago. 2006.

SANTOS, M. V. et al. A saúde física de mulheres privadas de liberdade em uma penitenciária do estado do Rio de Janeiro. *Esc. Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, e20170033, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452017000200205&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 Set. 2019.

SILVA, E.F.; LUZ, A.M.H.; CECCHETTO, F.H. Maternidade atrás das grades. *Enfermagem em Foco*. Brasília, v.2, n. 1, p. 33-37, 2011.

SIMAS, L. et al. A jurisprudência brasileira acerca da maternidade na prisão. *Rev. direito GV*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 547-572, Dec. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322015000200547&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 May 2019.

SOARES, I.R.; CENCI, C.M.B.; OLIVEIRA, L. R. F. Mães no cárcere: percepção de vínculo com os filhos. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 27-45, jul. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812016000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 Out 2019. .

VENTURA, M; SIMAS, L; LAROUZE, B. Maternidade atrás das grades: em busca da cidadania e da saúde. Um estudo sobre a legislação brasileira. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 607-619, Mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2015000300607&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Out 2019.

ZACKSESKI, C.; MACHADO, B.A.; AZEVEDO, G. Dimensões do encarceramento e desafios da política penitenciária no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Criminas**, São Paulo, v. 126, n. 24, p. 291-331, dez. 2016. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RBCCrim_n.126.10.PDF Acesso em: 10 maio de 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aleitamento Materno 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 57, 58, 61, 62, 64, 67, 70, 72, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 104, 116, 154

Amamentação 14, 15, 16, 17, 19, 22, 23, 24, 27, 31, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 42, 45, 46, 47, 50, 51, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 81, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 101, 132, 148

Assistência Pré-Natal 1, 5, 6, 59, 145, 147

B

Burnout 13, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 232

C

Cesárea 28, 81, 87, 89, 154, 193

Continuidade da Assistência ao Paciente 169

Criança 2, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 28, 30, 33, 34, 37, 45, 55, 59, 61, 62, 63, 65, 80, 81, 87, 88, 91, 100, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 112, 114, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 240

Cuidado da Criança 158

Cuidado do Lactente 19

Cuidado Pré-Natal 1, 5, 6, 130, 147

Cuidados de Enfermagem 1, 5, 6, 94, 130, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145

D

Deficiências do Desenvolvimento 169

Desenvolvimento Infantil 101, 113, 169, 170, 177

Desmame Precoce 13, 14, 15, 17, 22, 43, 50, 63

Doença Cardiovascular 186

E

Enfermagem 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 19, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 83, 91, 94, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 116, 117, 118, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 151, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 177, 179, 187, 188, 189, 190, 197, 198, 199, 205, 206, 207, 220, 231, 233, 238, 240, 242, 243, 246, 247

Enfermeiro 1, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 56, 70, 77, 104, 136, 140, 143, 160, 168, 171, 197, 233, 235, 236, 238, 240, 241, 242, 243, 246, 247

Estudos Epidemiológicos 119, 180

Exenteração Pélvica 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206

F

Fatores de Risco 96, 98, 107, 110, 129, 142, 143, 145, 170, 179, 180, 181, 184, 185, 187, 188, 223, 226

Fenomenologia 190, 192

G

Gerência 94

Gestantes 3, 4, 7, 11, 16, 55, 57, 58, 60, 61, 66, 67, 70, 75, 77, 79, 89, 101, 103, 106, 108, 111, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 138, 139, 141, 142, 144, 145, 154, 155, 171

H

Hospitalização 95, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167

Humanização da Assistência 147, 148, 193

I

Idade gestacional 84, 124, 173

Idade Gestacional 23, 24, 81, 83, 95, 121, 172, 173, 175

L

Leite Materno 16, 17, 19, 21, 22, 25, 27, 60, 80, 81, 83, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 97, 114

M

Mastectomia 207, 209, 210, 211, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220

Maternidade 8, 12, 18, 20, 30, 38, 51, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 70, 72, 76, 78, 79, 82, 100, 101, 105, 115, 129, 147, 149, 152, 191, 214

Militares 221, 222, 223, 224, 226, 227, 230, 231, 232

Mulheres 7, 8, 15, 28, 30, 42, 43, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 87, 91, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 124, 126, 127, 129, 140, 148, 149, 151, 152, 154, 155, 171, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 226, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246

N

Neonatologia 34, 35, 100

Neoplasias da Mama 207, 210

P

Parto Humanizado 147, 148, 151, 156

Parto Normal 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 154

Pesquisa Qualitativa 35, 52, 106, 109, 141, 158, 168, 190

Polícia 221, 222, 224

Prisões 53, 54, 55, 57, 58, 60, 66, 70, 74, 79, 100

Psicologia 35, 41, 43, 78, 79, 149, 167, 199, 200, 202, 206

S

Saúde da Criança 9, 14, 16, 17, 34, 61, 80, 81, 100, 101, 103, 104, 158, 166, 167, 169, 170

Saúde da Mulher 55, 62, 72, 102, 190

Saúde do Adolescente 37, 45, 185

Sexualidade 37, 191, 197, 199, 207, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 237

Sífilis 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 240

Síndromes Hipertensivas 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146

T

Terapia Intensiva Neonatal 11, 18, 19, 35, 98, 169, 172

Teste do Pezinho 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

Tuberculose 26, 55, 71, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137

U

Unidade de Terapia Intensiva 11, 18, 35, 94, 98, 169, 172

Uso de Álcool 106, 107, 108

V

Violência Contra a Mulher 56, 233, 234, 236, 245, 246

Violência Doméstica 233, 234, 235, 236, 245

A Enfermagem Centrada na Investigação Científica 5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

A Enfermagem Centrada na Investigação Científica 5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020